

PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DO PODER LOCAL: POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA CULTURAL DO POLÍTICO

José Romildo Souza Lemos Júnior

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a bibliografia em Língua Portuguesa sobre poder local, sendo um dos resultados das reflexões que feitas na dissertação de mestrado, de minha autoria, intitulada Família, Poder e Representações: tramas do cenário político agrestinense entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1990. Discutimos aqui a utilização das contribuições da história cultural na análise das relações entre poder local e representações. O artigo apresenta considerações a respeito da aplicabilidade de conceitos tais como coronelismo, cultura política e representações, todos estes em diálogo com o conceito de poder local.

Palavras-chave: Poder Local; Representações; História cultural

LOCAL POWER PRACTICES AND REPRESENTATIONS: POSSIBILITIES OF A CULTURAL HISTORY ON POLITICS

ABSTRACT

ABSTRACT

This article aims to analyze the literature in Portuguese on local government, being one of the results of reflections done in our Master's dissertation untitled Family, Power and Representations: plots of the agrestinense political scene between the end of the 1940 decade and the beginning of the 1990's. We discuss here the using of Cultural History in analyzing the local political power and its representations. This article presents comments on the applicability of concepts as Coronelism, Political Culture and Representations, all them in reference to the local power.

Key words: Local Power; Representations; Cultural History

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi produzido a partir das reflexões, em termos de referencial teórico, que fundamentaram a dissertação de mestrado de minha autoria, intitulada *Família, Poder e Representações: tramas do cenário político agrestinense entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1990*. Ainda que relacionado a uma pesquisa historiográfica, o presente texto apresenta também um esforço de revisão bibliográfica acerca do poder local, tendo em vista que nos limitaremos, neste espaço, a uma discussão conceitual.

Nesta discussão, entretanto, serão constantes as referências ao objeto de pesquisa, isto porque as reflexões que se seguem foram estruturadas a partir de considerações acerca da aplicabilidade de conceitos como coronelismo, cultura política e representações ao nosso objeto, sendo que este, por sua vez, está relacionado à história política do município de Agrestina.

Em sua relativamente curta história, tendo em vista que a emancipação ocorreu apenas em 1928, esta pequena cidade do interior do estado de Pernambuco, localizada no Agreste e distante 154 km da capital Recife, apresenta um cenário político marcado pela disputa entre grupos que, de forma geral, tinham como base famílias consideradas abastadas e com grande prestígio político no âmbito municipal.

Um cenário como este, onde predomina a disputa e o revezamento no poder de grupos

de base familiar, não chega a ser uma especificidade do município de Agrestina, já que parece ser característico também em outras cidades da região¹. Contudo, o que chama a atenção na trajetória política de Agrestina é que, durante um período considerável de sua história, não houve propriamente um revezamento dos grupos opostos no poder, isto porque um dos tais grupos, que tinha como núcleo a família Ribeiro, conseguiu tornar-se hegemônico no controle da prefeitura e da câmara de vereadores. Este grupo político, que teve como principal liderança o ex-prefeito e deputado estadual Elias Libânio da Silva Ribeiro, exerceu um domínio quase que ininterrupto na vida política local entre 1947 e 1992, nestes quarenta e cinco anos a oposição, formada por um grupo que tinha como núcleo a família Guilherme, conseguiu vencer apenas uma disputa eleitoral, tendo governado a cidade entre 1969 e 1972.

Neste sentido, o objetivo central da pesquisa que inspirou a produção deste artigo foi compreender o período em que as instituições políticas do município de Agrestina estiveram sob o domínio do grupo Ribeiro. Para tanto, fizemos uso de relatos orais, coletados através de entrevistas. Nestes relatos nos chamou a atenção o fato de que o poder atribuído a este grupo e, em especial, ao seu líder pelos atores sociais agrestinenses, de modo geral, era imenso, mas, por outro lado, a avaliação positiva ou negativa do poder e das práticas do grupo Ribeiro, durante o período em que este controlou o cenário político local, variava de acordo com o pertencimento dos nossos entrevistados ao pró-

¹ Como exemplo de pesquisa relacionada a esta temática em uma cidade do interior de Pernambuco, podemos citar o seguinte trabalho: ADILSON FILHO, José. *A Cidade Atravessada: Velhos e novos cenários na política belo Jardimense*. Recife: COMUNIGRAF, 2009. Neste livro, o autor analisa a permanência das famílias Mendonça e Galvão, por cerca de quatro décadas, no poder municipal da cidade de Belo Jardim.

prio grupo Ribeiro ou ao grupo opositor que, como afirmamos anteriormente, tinha como núcleo a família Guilherme.

O caminho escolhido para a compreensão deste domínio foi à análise das representações em torno do poder político do grupo Ribeiro, assim como as lutas em torno destas e a maneira pela qual estas mesmas representações e as práticas delas decorrente contribuíram para a efetivação e legitimação de certa hegemonia política.

Por se tratar de uma pesquisa que teve como objeto as representações em torno de grupos de base familiar, fizemos ainda algumas reflexões em torno das relações entre família e poder político. Nesta perspectiva, procuramos compreender o contexto em que atuaram e a trajetória política das famílias Ribeiro e Guilherme no município de Agrestina, assim como as representações em torno destas famílias, julgamos que estas representações tiveram um peso fundamental para a construção e manutenção do prestígio político destas e, até mesmo, de seus respectivos grupos.

Tendo em vista nossa opção de analisarmos, basicamente, as práticas e representações do poder, acreditamos que o nosso trabalho possa ser incluído no campo de uma história cultural do político. Com isto, por um lado, nos afastamos da tradicional análise do poder local a partir da questão do coronelismo, mas, por outro lado, não aderimos à perspectiva da chamada nova história política. No entanto, esta breve apresentação dos objetivos e dos conceitos centrais da nossa pesquisa escondem o caminho tortuoso que foi trilhado até a definição quanto à utilização deste instrumental teórico.

Neste artigo refletiremos sobre a utilização do conceito de representações e da inserção do trabalho no campo da história cultural, incluindo nesse caldo considerações acerca dos conceitos de coronelismo e cultura política, além de uma rápida abordagem relativa à noção de grupos de base familiar e ao próprio itinerário da história política, sobretudo nos últimos anos com o chamado retorno ao político e ao desenvolvimento da nova história política.

1. PODER, REPRESENTAÇÕES E HISTÓRIA CULTURAL: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Optamos por problematizar o objeto de pesquisa a luz de uma história cultural do político, procurando fugir da associação quase automática e ainda bastante comum – sobretudo quando se trata da análise de temáticas ligadas ao campo político em pequenas e médias cidades do interior – entre poder local e coronelismo, assim, apesar de trabalhar com um objeto que envolve a relação entre família e poder, não utilizamos este conceito, o que será justificado mais adiante.

Por outro lado, é evidente que o trabalho se insere no processo de renovação teórico-metodológica pelo qual vem passando nas últimas décadas, e em especial nos últimos anos, a história política, processo este que desembocou no chamado retorno ao político ou na chamada nova história política. Desta forma, procuramos estabelecer um diálogo tanto com este processo de renovação, quanto com o conceito de cultura política, que vem sendo utilizado por historiadores, sobretudo, a partir do início dos anos 1990. No entanto, os limites apre-

sentados pelo conceito de cultura política para a análise do nosso objeto e o questionamento de alguns dos pressupostos básicos da chamada nova história política, nos levaram a considerar a possibilidade de uma história cultural do político sem a utilização deste conceito e focando na questão das representações e práticas do poder, sendo, basicamente, estas as reflexões que passamos a fazer a partir de agora.

Além da preocupação central que circundam as práticas e representações do poder, o trabalho também apresenta algumas considerações em torno das relações entre família e poder político, pois, como já assinalamos, os dois grupos que disputavam o poder no município de Agrestina, durante o período que coincide com o recorte temporal estabelecido, ou seja, entre 1947 e 1992, tinham como núcleo famílias consideradas abastadas e com significativo prestígio no cenário político local, uma dessas famílias, inclusive, a família Guilherme, apresentava um longo histórico de atuação política, que se iniciara ainda na época da emancipação do município.

A temática que articula poder político e família tem sido abordada a bastante tempo, atualmente é vasta a produção² em campos disciplinares como, sociologia, antropologia e história. De modo geral, os trabalhos tem revelado a importância da família nas estruturas do poder político ao longo de toda a história brasileira. Rego (2008), por exemplo, afirma que a família representou papel essencial no estabelecimento das estruturas sobre as quais foi cons-

truído o estado no Brasil e que a família é tão indissociável das estruturas de poder no Brasil, que estudá-la é estudar essas mesmas estruturas.

Nesta perspectiva, tivemos a preocupação de abordar o contexto de atuação e a trajetória política das famílias Ribeiro e Guilherme no município de Agrestina. No entanto não utilizamos, especificamente, o conceito de família. Isto porque consideramos mais apropriado para essa análise a noção de grupo de base familiar proposta por Lewin (1993), tendo em vista que os grupos Ribeiro e Guilherme não eram formados apenas por membros destas famílias, mas também por aliados, já que os vínculos e alianças destes grupos eram definidos por diversos elementos que iam desde interesses conjunturais até a amizade política.

Ainda com relação às famílias Ribeiro e Guilherme, abordamos também, como afirmamos na introdução, a questão da maneira pela qual os atores sociais agrestinenses representavam estas famílias, as lutas em torno destas representações e a importância disto para o prestígio político tanto destas famílias como dos seus respectivos grupos. No entanto esta questão, das representações em torno das famílias Ribeiro e Guilherme, será retomada mais adiante.

A opção pela não utilização do conceito de coronelismo se deu pelo fato de considerarmos inadequada a utilização deste conceito em períodos históricos anteriores ou posteriores à chamada primeira república (1889-1930). Isto porque, a partir das contribuições de Carvalho (1997), que por sua vez adota a perspectiva

2 Conferir, entre outros: LEWIN, Linda. Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993. LEMENHE, Maria Auxiliadora. Família, Tradição e Poder: o (caso) dos coronéis. São Paulo: Annablume/Edições UFC, 1995. RÊGO, André Heráclio do. Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

clássica proposta por Victor Nunes Leal acerca deste conceito, o coronelismo foi um sistema político que envolvia compromissos recíprocos entre os governos federal, estadual e municipal. Tal sistema é situado historicamente na primeira república e surge da convergência de uma conjuntura econômica com um fato político: a conjuntura econômica é a decadência dos fazendeiros e o fato político o federalismo implantado neste período. Desta forma, este sistema não existiu antes da proclamação da república e não continuou a existir depois da chamada revolução de 1930, que pôs fim ao federalismo existente até então.

Segundo Carvalho (1997), a insistência na permanência do coronelismo que caracteriza parte da produção acadêmica ligada ao poder local aponta para uma confusão conceitual: confunde-se mandonismo e clientelismo – práticas que atravessam praticamente toda a história brasileira e que não são incompatíveis os signos do moderno e mesmo com processos de modernização nas ambivalentes posturas e estratégias adotadas pelos políticos brasileiros³ – com o coronelismo e, em consequência dessa confusão, estas práticas são pensadas como traços da permanência do coronelismo e dos coronéis, embora adaptados a novos contextos históricos. Neste sentido, o referido autor busca definir, de forma mais precisa, os três conceitos. Procuremos, então, acompanhar o seu raciocínio.

Para Carvalho (1997), a noção de mandonismo implica:

à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter acesso ao mercado e à sociedade política.⁴

Nesta formulação do conceito o mandonismo, no entanto, não é um sistema, é uma prática característica da política tradicional. Ele atravessa a história da colonização e do império, sobrevivendo, ainda hoje, em regiões isoladas. Porém, segundo este autor, a tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos.

Na visão de Leal, o coronelismo seria um momento particular do mandonismo, exatamente aquele em que os mandões começam a perder força e tem de recorrer ao governo. Mandonismo, segundo ele sempre existiu. É uma característica do coronelismo, assim como o é o clientelismo.⁵

Parte da produção acadêmica sobre poder local identifica coronelismo e mandonismo. Segundo Carvalho (1997), esta produção contribuiu para esclarecer o fenômeno do mandonismo, no entanto:

O fato de esta literatura ter tornado sinônimos os conceitos de coronelismo e mando-

3 A discussão e análise destas questões encontra-se em ADILSON FILHO, Op. Cit.

4 CARVALHO, Jose Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 40, n.º. 2, 1997, p. 3.

5 CARVALHO, Op. Cit., p.3.

nismo foi negativo. Alguns autores encontram mesmo um coronelismo urbano (Reis, 1971), ou um coronelismo sem coronéis (Banck, 1974: 1979).⁶

Outro conceito frequentemente confundido com coronelismo é conceito de clientelismo. Este último indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve a troca de benefícios como empregos, isenções fiscais, etc. por apoio político, principalmente na forma de voto. O clientelismo também não constitui um sistema, mas uma prática, ele, assim como o mandonismo, atravessa quase toda a história do país. No entanto, o clientelismo não segue uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo, ele pode aumentar ou diminuir ao longo da história, de acordo com o sistema político.

Ainda segundo Carvalho (1997), os autores que veem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do Brasil estão falando de fato de relações clientelistas. Contudo, estas relações, nos casos acima citados, dispensam a figura do coronel. Para sumarizar a questão da inadequação do conceito de coronelismo na análise do poder local fora do período da chamada primeira república observemos um exemplo dado pelo autor:

que na década de 60 era dominada por duas famílias, cujo poder baseava-se simplesmente na capacidade de barganhar empregos e benefícios públicos em troca de votos (Carvalho, 1966). As famílias não tinham recursos próprios, como os coronéis, e o fenôme-

no não era sistêmico, embora houvesse vínculos estaduais e federais. Por vários anos as duas famílias mantiveram o controle político da cidade, alternando-se no poder. Os resultados eleitorais eram previstos de antemão com precisão quase matemática. Os votos tinham dono, eram de uma ou de outra família. Tratava-se de um caso exacerbado de clientelismo político exercido num meio predominantemente urbano. Não se tratava de coronelismo.⁷

Por outro lado, além desta inadequação, em termos da própria definição do conceito de coronelismo em análises acerca do poder local fora do período da chamada primeira república, também consideramos que há limites na concepção de poder que norteia parte dos trabalhos que interpretam a longevidade de famílias, ou grupos no controle político de alguns municípios como a permanência do coronelismo.

Isto porque, nestes casos, o poder local é visto quase sempre como um poder discricionário que pertence exclusivamente ao coronel e, desta forma, os trabalhos têm enfatizado a dominação em detrimento da forma como os atores sociais representam o universo político e, conseqüentemente, de como orientam suas práticas em meio às relações de poder. Práticas estas que, se consideradas em termos táticos, como propõe Certeau (2008), podem revelar diversas formas de resistências. Além do mais, esta ênfase no poder dos grupos dominantes desconsidera a questão da crença partilhada na autoridade.

6 CARVALHO, Op. Cit., p.3.

7 CARVALHO, Op. Cit., p.3.

Até aqui temos adiado as reflexões em torno do conceito de representações. Isto se deve, por um lado, ao fato de considerarmos necessárias as considerações iniciais feitas a respeito das relações entre família e poder político e em torno da não utilização do conceito de coronelismo, por outro lado, a própria discussão em torno das representações é mais complexa e requer maiores cuidados.

Estudos relacionados ao poder político, apontam para o processo, hoje bastante conhecido, de renovação da história política. Sendo assim, a entrada em cena do conceito de representações está ligada ao próprio itinerário da história política nas últimas décadas. No entanto, para compreendermos as transformações pelas quais passou a história política, é necessário considerar, mesmo que brevemente, sua trajetória desde o final do século XIX. De forma bastante esquemática, esta trajetória pode ser dividida em momentos distintos, todos eles relacionados tanto às tendências dominantes como às transformações ocorridas no campo historiográfico.

Em um primeiro momento, ainda no século XIX, a história política foi considerada o objeto por excelência dos estudos históricos pela chamada história tradicional. Esta tendência historiográfica, capitaneada pela escola metódica francesa, caracterizava-se, grosso modo, por uma postura cientificista – que advogava uma separação absoluta entre o objeto e o historiador, já que este deveria apenas expor os

fatos tal como aconteceram, extraindo-os dos documentos oficiais ou, para usarmos uma expressão bem conhecida, fazendo os documentos falarem por si sós – e por uma narrativa factual, cronológica e linear, que enfatizava os feitos dos grandes homens.⁸

No entanto, a partir do final da década de 1920, com o advento da chamada escola do *Annales*, essa história política perdeu prestígio, passando a ser considerada o símbolo maior da história tradicional e tornando-se, desta forma, o principal alvo das críticas dos historiadores do *Annales*. Os membros desta corrente propuseram uma renovação historiográfica pautada numa história-problema, interdisciplinar e socioeconômica, além de inovarem também com a utilização de novas fontes e uma nova concepção de tempo histórico.⁹ Isto acabou levando a história política a passar algumas décadas numa espécie de ostracismo, pois sendo considerada “Factual, subjetivista, psicologizante, idealista, a história política reunia [...] todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência”.¹⁰

O último momento, que já é o do processo de renovação da história política, depois do longo período em que ela permaneceu num segundo plano, é bem mais difícil de precisar, pois são múltiplos os fatores que impulsionaram esta renovação, mesmo assim tentaremos seguir algumas pistas na tentativa de compreendê-lo. Uma contribuição decisiva para es-

8 Conferir: MALERBA, Jurandir (Org.). Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

9 Conferir: BURKE, Peter. A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

10 RÉMOND, René (Org.). Por Uma História Política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 18.

te processo foi dada pelo grupo liderado pelo historiador francês René Rémond que, a partir do final dos anos 1960, quando o campo historiográfico ainda era dominado pelo paradigma braudeliano da segunda geração dos *Annales*, defendeu o retorno, sob nova roupagem, da história política. Por outro lado, o advento da chamada terceira geração dos *Annales* questionou o modelo historiográfico braudeliano e ajudou a reestabelecer a história política, pois esta passou a ser vista como uma alternativa ao predomínio da história econômica e social. Este processo de renovação pelo qual passou a história política foi ainda influenciado e impulsionado pelo desenvolvimento da história cultural e pelo contato com outras disciplinas como a sociologia, a ciência política e, sobretudo, a antropologia, pois estas disciplinas também empreenderam renovações teórico-metodológicas relacionadas às pesquisas em torno do político, pense-se, por exemplo, no desenvolvimento da antropologia da política.¹⁰

É neste contexto que, nos últimos anos, tem crescido o interesse dos historiadores do político pelo universo do simbólico e das representações. Neste sentido, ao caracterizar o movimento de renovação liderado por René Rémond, ao qual nos referimos e do qual participou, Serge Berstein afirma que:

O móvel principal dessa renovação consistia em aplicar à história política os enfoques e questionamentos das ciências humanas e sociais, da ciência política, e os novos horizontes abertos pela voga da história cultu-

ral, em particular no campo das representações.¹¹

Ao chegarmos neste ponto faremos algumas considerações a cerca do conceito de cultura política, considerando o recente interesse pelas representações do universo político que possibilitam uma redefinição e a reabilitação do próprio conceito. Entre os autores que buscaram apresentar uma definição do conceito de cultura política – como, Andrade (1999), Motta (2009), Berstein (2009) e Guedes (2011) – parece haver certo consenso em situar o surgimento e o desenvolvimento do estatuto acadêmico deste conceito entre o final da década de 1950 e o início dos anos 1960, no âmbito da ciência política norte-americana. Isto a partir dos trabalhos de Gabriel Almond e Sidney Verba, principalmente no livro “*The Civic Culture*”.

Situados no contexto da guerra fria, num momento em que os esforços estavam voltados para o fortalecimento do campo democrático liderado pelos Estados Unidos, tratava-se para estes teóricos de compreender a origem das democracias políticas. Influenciados pelo campo antropológico, criaram tipologias para enquadrar as diferentes formas de cultura política, no esquema organizado por estes autores havia três tipos básicos: cultura política paróquia, cultura política da sujeição e cultura política participativa, esta última corresponderia ao estágio superior a ser alcançado pelos povos atrasados na corrida para o desenvolvimento de sistemas democráticos. Buscaram, ainda, encontrar:

10 Conferir KUSCHNIR, Karina. Antropologia da Política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor., 2007.

11 BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e Historiografia. In: Org. AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Cultura Política, Memória e Historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 30.

uma regra de comparação entre sistemas políticos diferentes, mas considerados de valor desigual, com relação a critérios de desenvolvimento, estabelecendo como modelo da modernidade as normas e os valores das democracias liberais do ocidente¹².

Desta forma, fica clara a perspectiva evolucionista e etnocêntrica que norteia esta formulação do conceito. Outra característica da concepção de cultura política é que ela é pensada em termos de território nacional. Neste último ponto, entretanto, há discordâncias entre os autores que discutem o surgimento deste conceito. Na concepção de Berstein (2009), Almond e Verba postularam a existência de culturas políticas nacionais homogêneas, no entanto, para Motta (2009) o esquema não era tão simplório, pois concebe casos em que convivem até os três modelos de cultura política citados anteriormente.

Uma coisa, porém, é certa: com a renovação teórico-metodológica pela qual passou o campo político nas últimas décadas e, mais recentemente, nos últimos anos, sobretudo com a entrada em cena da questão das representações, diversas foram as críticas que se abateram sobre esta concepção de cultura política. Críticas empreendidas principalmente por antropólogos, sociólogos e historiadores que norteiam suas pesquisas a partir de temáticas ligadas à relação entre cultura e política, e que contestaram, sobretudo, os aspectos evolucionista, etnocêntrico e nacional desta formulação do conceito. Nesta perspectiva, alguns autores tem proposto

uma redefinição, como citamos anteriormente, do conceito de cultura política.

No campo historiográfico, como não poderíamos deixar de comentar, foi só a partir desta redefinição que a noção de cultura política passou a ser utilizada. O conceito aparece na historiografia francesa no início da década de 1990, com autores como Serge Berstein e Jean-François Sirinelle, Estes historiadores são externos ao movimento dos *Annales* e ligados ao grupo de René Rémond, ao qual nos referimos anteriormente. O livro manifesto, se assim podemos chamá-lo, “Por Uma História Política”, organizado por René Rémond e publicado em 1988, não tinha um capítulo dedicado à noção de cultura política, no entanto, outros historiadores do grupo passaram a desenvolvê-la.

De fato, os diversos autores que postularam uma redefinição do conceito de cultura política tem colocado no cerne desta ressignificação a noção de representações. A socióloga Maria Antônia Alonso de Andrade, por exemplo, ao comentar as vantagens de uma nova concepção deste conceito, propõe que a cultura política seja entendida “não como as atitudes, mas como as representações sociais do mundo da política, ou mais precisamente, como o campo de representação da política”.¹³

Já o historiador francês Serge Berstein define da seguinte forma o modo como o conceito é apropriado pelo campo historiográfico: “Os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a

12 BERSTEIN. Op. Cit., p. 32.

13 ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. Cultura Política, Identidade e Representações sociais. Recife: FJN, Ed. Massangana, 1999, p. 22.

identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político.”¹⁴

Por outro lado, o também historiador Rodrigo Patto Sá Motta, apesar de se fundamentar teoricamente em Berstein e por no centro de suas reflexões as representações, procura ampliar o conceito definindo-o como:

Um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.¹⁵

Para Berstein (2009), o que justifica o recurso a esta noção do conceito de cultura política é que ela possibilita a explicação dos comportamentos políticos, respondendo a questionamentos como o que faz um grupo de pessoas se sentir mais próximo de uma força política do que de outra, Votar a favor ou contra determinado partido, aprovar ou protestar contra esta ou aquela medida. Por outro lado, Motta (2009) aponta ainda a força que tem o paradigma culturalista na atualidade como motivação para a utilização deste conceito.

A partir desta resignificação, a produção historiográfica que volta seu olhar para as relações entre cultura e política na história tem procurado definir o que seriam os aspectos centrais da cultura política. Um primeiro ponto que tem sido enfatizado é a pluralidade das cul-

turas políticas, ou seja, ao contrário do que haviam pensado os fundadores norte-americanos do conceito na década de 1960, numa mesma sociedade podem conviver culturas políticas diferentes e rivais entre si, o que não significa que estas não possam entrar em contato e sofrer influências mútuas.

Outro aspecto, destacado por Berstein (2009), é que a cultura política de determinado grupo social constitui um todo homogêneo cujos elementos são interdependentes, sendo preciso levar em consideração as redes de sociabilidade que garantem a coesão do grupo. Este historiador classifica, ainda, as culturas políticas como um “fenômeno evolutivo”, no sentido de que estão, como tudo que é histórico, sujeitas a mudanças, no entanto, as transformações pelas quais passam estas culturas políticas só podem ser percebidas na longa duração.

Outro ponto que tem sido discutido, e que vem sendo considerado ainda bastante problemático, é a questão da difusão ou reprodução das culturas políticas. Porém, tanto Berstein (2009) como Motta (2009) consideram que esta difusão ocorre através de vetores sociais como a família, igrejas, instituições militares e escolares, ambientes de trabalho e até pelas mídias.

É inegável que este recurso a um conceito de cultura política renovado, e que direciona o olhar do pesquisador para o estudo das representações, trouxe ganhos e contribuições importantes para o campo da história política. Se adequado ao objeto de estudo, o conceito

14 BERSTEIN, serge. Culturas Políticas e Historiografia. In: Orgs. AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 31.

15 MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009, p. 21.

pode ser extremamente útil para as pesquisas nesta área.

No entanto, como instrumento chave de análise o conceito de cultura política apresenta limitações. A primeira delas é que a noção de cultura política, da forma como foi pensada pelos historiadores acima citados, refere-se apenas a grupos políticos intelectualizados e com fundamentação teórica bem definida, como, por exemplo, os Liberais, os Marxistas, os Republicanos, etc. Neste sentido, Berstein (2009) afirma que um dos elementos que compõe a cultura política de determinado grupo é o que ele chama de substrato filosófico, este, por sua vez, seria apropriado de maneira diferente pelos membros do grupo, pois enquanto:

as elites cultas se referem diretamente às obras fundadoras, na massa da sociedade essas mesmas ideias penetram sob a forma de uma vulgata que exprime, a partir de posições concretas, os princípios de cada uma dessas culturas políticas.¹⁶

Nesta perspectiva, não conseguimos vislumbrar os atores políticos agrestinenses entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1990, numa cidade pequena do interior de Pernambuco, se definindo como pertencentes a estas “grandes famílias políticas”, para utilizarmos uma expressão de Berstein (2009).

Também não parece adequado considerar a cultura política de determinado grupo co-

mo um todo homogêneo e bem delimitado em oposição a culturas políticas diferentes e rivais, pois numa configuração social como a existente na cidade de Agrestina entre 1947 e 1992, os traços de uma “cultura política” estavam difusos por toda a sociedade, alterando-se apenas os usos que os diversos grupos sociais faziam deles,¹⁷ considere-se, a título de exemplo, a questão do clientelismo. Esta prática pôde ser apropriada tanto como uma estratégia pelos grupos que disputavam o poder – fosse o grupo Ribeiro ou Guilherme, embora a intensidade com que a utilizavam variasse – quanto como uma tática, no sentido proposto por Cerateau (2008), pelos eleitores.

Outro problema do conceito, este apontado por Motta (2009), é o risco de se cair nos extremos do paradigma culturalista, absolutizando a determinação cultural e se esquecendo de relacionar as representações com a realidade social.

Por outro lado, também consideramos limitada a perspectiva de alguns autores da chamada nova história política ou do chamado retorno ao político, que postularam uma consistência própria e “certa” autonomia do campo político em relação ao social, isto é o que defende, por exemplo, René Rémond (2003). Voltando ao nosso objeto, não seria possível pensar a hegemonia do grupo Ribeiro em Agrestina sem considerar, por exemplo, os recursos econômicos e o capital social de que este grupo dispunha e que, na perspectiva dos próprios

16 BERSTEIN, serge. Culturas Políticas e Historiografia. In: Orgs. AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 33.

17 Apesar de adaptadas ao nosso objeto, estas reflexões estão fundamentadas nas críticas que o historiador Roger Chartier faz às noções de cultura popular e cultura erudita. Conferir: CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Ed. Difel, (1988). _____. *À Beira da Falésia a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. _____. *A História ou a Leitura do Tempo*. – 2ª Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

atores sociais agrestinenses, eram fundamentais para a manutenção do seu poder.

Apesar de optarmos, pelos motivos acima expostos, pela não utilização do conceito de cultura política em nosso trabalho, tivemos a pretensão, ainda assim, como já insinuamos, de fazer uma história cultural do político, isto porque, para lembrarmos mais uma vez, o foco da pesquisa esteve voltado para as práticas e representações do poder.

A utilização de conceitos, como práticas e representações, sugere um olhar sobre a noção de representações proposta pelo historiador francês Roger Chartier. Ao se apropriar do conceito de representações, Chartier o tornou central, não apenas em sua obra, mas também para a própria história cultural já que, da forma como a define, esta corrente historiográfica tem por objetivo principal “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.¹⁸

Segundo este autor, as representações não são simples imagens, falsas ou verdadeiras, do real, além disto, elas têm uma energia própria que convence os atores sociais de que o real corresponde efetivamente ao que elas afirmam ou mostram. Outro aspecto da formulação do conceito, de representações em Roger Chartier deve-se ao fato que representações são consideradas, ainda, as matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social.

Sendo assim, associado às noções de prática e apropriação, como discutiremos a seguir, este conceito possibilita ao historiador refletir a

cerca da forma como os atores sociais, de acordo com o seu pertencimento e inserção em grupos, apreendem e atribuem sentido à realidade, permite também pensar a forma como orientam suas práticas em meio ao contexto social no qual interagem.

Em relação ao nosso objeto, estas primeiras características do conceito de representações já o tornaram bastante interessante, pois as representações em torno do poder do grupo Ribeiro e as práticas delas decorrente contribuíram para a efetivação da hegemonia política deste grupo no município de Agrestina entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1990.

Entendidas como esquemas de classificações, delimitações e juízos que organizam a apreensão da realidade, as representações incorporam nos indivíduos as próprias divisões do mundo social e, Segundo Roger Chartier, “são estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”¹⁹.

As representações do mundo social, construídas desta maneira, apesar de aspirarem a uma verdade e validade universal, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as formulam. Desta forma, o autor chama a atenção para a necessidade de relacionar os discursos proferidos com a posição social de quem os utiliza.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políti-

18 CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Ed. Difel, 1988, pp, 16-17.

19 CHARTIER. Op. Cit. p. 17.

cas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.²⁰

Roger Chartier alerta, ainda, para a necessidade de pensar as representações colocando-as em um campo de concorrências que possibilite uma reflexão acerca das relações de poder e dominação que elas implicam. Nesta perspectiva:

As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio²¹.

Sendo assim, abordamos a forma como variavam as representações acerca do grupo Ribeiro e, em especial, do seu líder, de acordo com a inserção dos atores sociais agrestinenses no próprio grupo Ribeiro o no grupo opositor, ou seja, o grupo Guilherme. Esta variação também se dava com relação às representações em torno do estatuto das próprias famílias Ribeiro e Guilherme no cenário municipal, sobretudo, como também abordamos, quando se tratava da “origem” da família Ribeiro.

Fica evidente, a partir da análise das fontes, a existência de certa disputa entre os partidários dos dois grupos acerca da produção de narrativas como “verdade”. Contudo, entendemos que as versões conflitantes em torno dos temas – poder local, coronelismo, mandonismo e clientelismo - estão diretamente re-

lacionadas não apenas à inserção dos atores sociais agrestinenses em um ou outro grupo político, mas, também, às experiências decorrentes do lugar social e político por eles ocupado. Com isso, o que queremos deixar evidenciar aqui é que se, por um lado, não pretendemos encontrar “a” verdade em torno destas questões, por outro lado, não pretendemos relativizar ao ponto de afirmarmos que o que existe são apenas discursos, pois em termos historiográficos, se faz necessário um esforço no sentido de relacionar as representações com a realidade socialmente construída ou, em outras palavras, é preciso relacionar os discursos ao seu referente externo.

É importante ressaltar ainda que, segundo este autor, a reflexão acerca das representações não afasta a pesquisa historiográfica do social, ele propõe, inclusive, acabar com os “falsos” debates entre a objetividade das estruturas e a subjetividade das representações. Isto porque, em sua perspectiva, os esquemas geradores de classificações e juízos, próprios de cada grupo, são verdadeiras instituições sociais, tendo em vista que incorporam nos indivíduos, sob a forma de representações coletivas, como já havíamos frisado antes, as divisões da própria organização social.

Em Roger Chartier o conceito de representações não pode ser dissociado da noção de prática. Segundo o autor, esta associação, entre práticas e representações, permite articular três tipos de relação dos atores sociais com o mundo:

Em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as con-

20 CHARTIER. Op. Cit. p. 17.

21 CHARTIER. Op. Cit. p. 17.

figurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição, por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade²².

Para Chartier, o recurso e a importância atribuída à noção de prática, assim como sua associação às representações, se justificam pela necessidade de considerar e refletir acerca da irredutibilidade das maneiras de fazer aos discursos que as prescrevem ou as proscrevem ou, ainda, as organizam. Ao falar de apropriação Roger Chartier assinala:

A problemática do “mundo como representação”, moldado através de séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e pensar o real.²³

Na perspectiva do autor, o conceito de apropriação é entendido ao mesmo tempo como controle e uso, ou seja, enquanto as autoridades ou os grupos hegemônicos expressam

sua vontade de posse e estruturação das representações e da própria realidade social, os consumidores comuns reinventam o que lhes é imposto. É interessante ressaltar a simetria entre Roger Chartier e Michel de Certeau no que se refere as noções de controle e uso para um e estratégia e tática para outro.

Ao analisar as práticas dos atores sociais na cena política agrestinense em termos de estratégias e táticas no sentido proposto por Michel de Certeau, ou seja, a primeira entendida como “o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolado em um ambiente”,²⁴ enquanto que a segunda seria

um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro [...] sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhes são estranhas²⁵.

Porém esta noção de prática, entendida como estratégia de dominação e táticas de resistência, implicam algum tipo de apropriação, no sentido proposto por Roger Chartier, ou seja, como controle e uso. Para exemplificar voltemos à questão do clientelismo, esta é uma prática que pôde ser apropriada e usada tanto como estratégia pelos grupos que disputam o poder, quanto como tática pelos eleitores. Neste sentido analisamos as práticas – enquanto estratégias de poder – tanto do grupo

22 CHARTIER. Op. Cit. p. 23-24.

23 CHARTIER. Op. Cit. p. 23-24.

24 CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P. 46.

25 CERTEAU. Op. cit. pp. 46-47.

Ribeiro como do grupo Guilherme e as práticas – no sentido tático – dos demais atores sociais agrestinenses. No entanto, uma reflexão acerca das práticas que têm lugar no campo político, sejam elas estratégias ou táticas, apontam para a necessidade de relacioná-las às representações que lhes servem de matriz.

Nesta perspectiva, optamos por analisar, sobretudo a partir das contribuições de Roger Chartier, as representações que o grupo Ribeiro construiu de si e de seu poder, através de suas estratégias, durante o período em que manteve o controle das instituições políticas agrestinenses, assim como a validade atribuída, ou não, pelos demais atores sociais a estas representações, pois, como afirma o referido autor, “A autoridade de um poder ou a dominação de um grupo depende do crédito outorgado ou recusado às representações que proponham de si mesmos.”²⁶

Por outro lado, além de tentar perceber a forma como se dava a crença partilhada no poder do grupo Ribeiro e a forma como os atores sociais representavam, de acordo com seus pertencimentos e inserções em determinados grupos, este poder, procuramos, ainda, compreender a forma como estes atores representavam o próprio campo político e norteavam suas práticas, em termos táticos, no contexto de hegemonia do grupo Ribeiro na cidade Agrestina entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1990.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão conceitual, realizada no curso desse artigo foi estruturada a partir de consi-

derações acerca da aplicabilidade de conceitos como coronelismo, cultura política e representações a um objeto de pesquisa específico – a saber, as práticas e representações do poder durante o período de hegemonia do grupo Ribeiro no município de Agrestina-PE entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1990 – no entanto, apesar de termos tomado como referência um objeto singular, acreditamos que, desta discussão, possamos extrair algumas conclusões de ordem geral sobre poder local e, especialmente, acerca da possibilidade de inserção deste tema no campo da história cultural, já que este foi o eixo norteador das reflexões do presente trabalho.

Nesta perspectiva, consideramos o conceito de coronelismo inadequado para a análise de questões ligadas ao poder local em períodos anteriores ou posteriores à chamada Primeira República (1889-1930). Isto porque, tomando como referência as contribuições do historiador José Murilo de Carvalho, entendemos coronelismo como o sistema político predominante no período acima citado. Por outro lado, a insistência na permanência do coronelismo, em fases recentes da história do Brasil, implica certo equívoco, tendo em vista que muitos trabalhos têm identificado coronelismo com mandonismo e clientelismo. Por fim, acreditamos que o conceito de coronelismo seja por demais limitado para dar conta da complexidade das relações de poder no campo político, tanto em fases recentes da nossa história como na atualidade.

Com relação ao conceito de cultura política, apesar dos debates que ainda ocorrem acerca do seu estatuto e dele não ter se consolidado no meio acadêmico, acreditamos que

26 CHARTIER, Roger. *A História ou a Leitura do Tempo*. – 2ª Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 50.

possa ser útil, desde que adequado ao objeto de pesquisa, já que se refere a grupos políticos mais específicos como os comunistas, os liberais, etc. Para pensar a relação entre poder político e cultura de forma mais ampla, partindo-se do pressuposto de que os traços culturais estão presentes nas práticas dos diversos grupos sociais e políticos, embora se altere os usos que se fazem deles a forma como são apropriados, o conceito de cultura política se mostra bastante limitado ou completamente inadequado.

Neste caso, o conceito de representações em Roger Chartier, pode ser mais apropriado, tendo em vista que este possibilita a análise da percepção que os mais diversos grupos e atores sociais têm do campo político e a forma como orientam suas práticas em meio às relações de poder nas quais estão inseridos. Dito isto, reiteramos que é possível a inserção de pesquisas relacionadas ao poder local no campo da história cultural e conseqüente a construção de uma história cultural do político, mesmo que não se recorra exclusivamente ao conceito de cultura política.

Trabalho recebido em 20/09/2012

Aprovado para publicação em 15/12/2012

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADILSON FILHO, José. A cidade atravessada: Velhos e novos cenários na política belo-jardinese. Recife: Comunigraf, 2009.

ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. Cultura Política, Identidade e Representações sociais. Recife: FJN, Ed. Massangana, 1999.

BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e Historiografia. In: Orgs. AZEVEDO, Cecília; ROL

LEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Cultura Política, Memória e Historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. – 8ª Ed. – Rio de Janeiro; Ed. Bertrand Brasil, 2005.

BURKE, Peter. A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CARVALHO, Jose Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 40, nº. 2, 1997.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. Cultura e Poder Político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012.

CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. A escrita da história. – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Ed. Difel, (1988).

_____. À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

- _____. Leituras e leitores na França do Antigo Regime. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- _____. A História ou a Leitura do Tempo. – 2ª Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- _____. Origens culturais da Revolução Francesa. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- ELIAS, Norbert. A Sociedade de Corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FORTUNADO, Maria Lucinete. O Coronelismo e a Imagem do Coronel: de símbolo a simulacro do poder local. Campinas - SP, Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado, 2000.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro; Ed.Graal. 1979.
- _____. Vigiar e Punir. São Paulo, Vozes, 1977.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. O Coronelismo: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KUSCHNIR, Karina. Antropologia da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. Família, Tradição e Poder: o (caso) dos coronéis. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil. 4ª ed., São Paulo: ALFA-OMEGA, 1978.
- LEWIN, Linda. Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: RECORD, 1993.
- LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. Ensaio de antropologia da política. Campina Grande: EDUEPB, 2011.
- MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. O povo sabe votar: uma visão antropológica. Pstrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- MALERBA, Jurandir (Org.). Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). Culturas Políticas na História: novos estudos. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009.
- RÊGO, André Heráclio do. Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder. São Paulo: A GIRAFÁ EDITORA, 2008.
- RÉMOND, René (Org.). Por Uma História Política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). Roger Chartier a Força das Representações: história e ficção. Chapecó, SC: Argos, 2011.